

Entre panelas e memórias: silêncios, recordações e esquecimentos

Between pots and memories: silences, remembrances, and forgettings

Entre ollas y memorias: silencios, recuerdos y olvidos

Everton Luiz Simon^{1,2}
Patrícia Maria da Silva Merlo³
Maria Cecília Barreto Amorim Pilla⁴

Resumo: O artigo explora os sentidos do comer em um contexto prisional feminino no interior do Rio Grande do Sul. O texto centra-se nas práticas alimentares e suas conexões com memória, silêncios e esquecimento entre mulheres em situação de privação de liberdade. Desse modo, objetiva investigar e compreender a relação entre a alimentação, a memória e os esquecimentos dessas mulheres, buscando identificar o que a comida comunica nesse peculiar cenário. A metodologia adotada incluiu observação participante e entrevistas semiestruturadas com mulheres cozinheiras em um presídio do Rio Grande do Sul. Os resultados apontam que a comida não só supre necessidades fisiológicas, mas também evoca memórias e conecta as detentas com o passado, enquanto oferece uma forma de lidar com a saudade e o isolamento. A pesquisa conclui que o produzir e o comer no contexto do cárcere revelam dinâmicas emocionais e sociais, manifestando uma linguagem silenciosa que comunica identidades e resistências.

Palavras-Chave: Alimentação, comida, memória, privação de liberdade, silêncios e esquecimentos.

Abstract: The article explores the meanings of food within a women's prison in rural Rio Grande do Sul. It focuses on eating practices and their connections to memory, silences, and forgetfulness among incarcerated women. The aim is to investigate and understand the relationship between food, memory, and the forgetfulness experienced by these women, seeking to identify what food communicates in this unique setting. The methodology included participant observation and semi-structured interviews with women working as cooks in a Rio Grande do Sul prison. The results show that food not only meets physiological needs but also evokes memories and connects inmates to their past, offering a way to cope with longing and isolation. The research concludes that cooking and eating in the prison context reveal emotional and social dynamics, expressing a silent language that communicates identities and resistance.

Keywords: Food, eating, memory, incarceration, silences and forgettings.

Resumen: El artículo explora los significados de la alimentación en un contexto penitenciario femenino en el interior de Rio Grande do Sul. El texto se centra en las prácticas alimentarias y sus conexiones con la memoria, los silencios y el olvido entre mujeres en situación de privación de libertad. De este modo, tiene como objetivo investigar y comprender la relación entre la alimentación, la memoria y los olvidos manifestados por estas mujeres, buscando identificar lo que la comida comunica en este contexto peculiar. La metodología adoptada incluyó observación participante y entrevistas semiestruturadas con mujeres que trabajan como cocineras en una prisión de Rio Grande

¹ Universidade de Santa Cruz – UNISC. E-mail: evertonsimon@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1227-4813>

² Bolsista Capes/Brasil no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Pós-Doutorado Estratégico – PUCPR.

³ Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: patricia.merlo@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7584-9047>

⁴ Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. E-mail: ceciliapilla@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6526-8249>

do Sul. Los resultados indican que la comida no solo satisface necesidades fisiológicas, sino que también evoca recuerdos y conecta a las internas con el pasado, ofreciendo una forma de lidiar con la nostalgia y el aislamiento. La investigación concluye que el acto de cocinar y comer en el contexto carcelario revelan dinámicas emocionales y sociales, manifestando un lenguaje silencioso que comunica identidades y resistencias.

Palabras clave: Alimentación, comida, memoria, privación de libertad, silencios y olvidos.

1 Adentrando muros e grades de um contexto prisional – notas introdutórias

Privar de liberdade entende-se por qualquer forma de detenção, encarceramento, institucionalização ou custódia de uma pessoa, por razões de delitos, infrações à lei e que ordenada por uma autoridade judicial imponha-se ao indivíduo que não tenha liberdade de ir e vir livremente, isto é, o excluindo do livre convívio da sociedade de acordo com a Comisión Interamericana de Derechos Humanos (2011). Nesse sentido, a pena privativa de liberdade é uma das medidas legais mais rígidas adotadas pelo legislador/Estado com vistas a abolir e/ou controlar práticas consideradas delituosas.

Nos últimos anos o país vem apresentando um crescimento preocupante em suas taxas de encarceramento, comprometendo o funcionamento de todos os demais serviços prestados aos sujeitos que estão sob o controle do Estado. Atualmente, o Brasil representa o terceiro maior sistema prisional do mundo, submetendo homens e mulheres a condições extremamente severas, desumanas e degradantes (Fair; Walmsey, 2021). Estas circunstâncias se caracterizam em virtude da má qualidade da ambiência evidenciada por instalações superlotadas, insalubres, marcadas por precariedade, sem estrutura mínima compatível com a dignidade humana, limitações de acesso à água potável e oferta restrita e/ou de baixa qualidade de alimentação. A superlotação em estabelecimentos prisionais é um fenômeno histórico e persistente, agravando a situação de presos e tornando a violação de direitos humanos uma prática recorrente. De acordo com o Relatório de Informações Penais – Senappen (2024), do segundo semestre de 2023, 15º ciclo – que reúne dados de julho a dezembro de 2023, disponibilizado em março de 2024, é possível observar que existem, no Brasil, cerca 857.999 pessoas privadas de liberdade, aproximadamente, 656.811 mil pessoas presas em celas físicas e em carceragens e 201.188 mil em prisão domiciliar com ou sem monitoramento eletrônico. Desse contingente, os homens representam cerca de 617.823 mil e as mulheres 27.010 mil presos em celas físicas ou outras carceragens (Senappen, 2024). Em levantamento de informações penitenciárias realizado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais a partir do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional

(Sisdepen), revela números estarrecedores ao apresentar um déficit de 156.798 mil vagas, expondo a superlotação nos complexos prisionais brasileiros (Senappen, 2024).

Entre os anos de 2017 e 2023, o país apresentou um crescimento exponencial desses números, representando um salto de 704.245 para 857.999 de pessoas privadas de liberdade. A presença feminina no cumprimento de pena nesse mesmo período em análise, aumentou 28,27%, um salto de 36.331 pessoas em 2017, para 46.604 em 2023. Na mesma análise, observamos que a presença de mulheres em celas físicas reduziu 24,36%. Por outro lado, identificamos um crescimento exponencial no tipo de cumprimento de pena, de 619 mulheres em monitoramento eletrônico, para 19.594, em 2023 (Senappen, 2024). No Rio Grande do Sul, a população prisional compreende 48.625 pessoas, deste contingente, 2.556 são mulheres (Senappen, 2024).

No Brasil, as condições de vida no sistema prisional, notadamente para as mulheres, são atravessadas por desafios adicionais. Neste contexto, as questões de gênero, violências, violações de direitos humanos e a falta de infraestrutura adequada, tornam o ambiente prisional um microcosmo de complexidades sociais. O viver no cárcere é ainda mais penoso para as mulheres, visto que esses ambientes não foram estruturalmente pensados considerando as particularidades do gênero. Afinal, as prisões, desde a sua origem, foram planejadas e construídas para os homens (Barros; Pinheiro, 2016; Pollacchini, 2022).

Marcado por desafios estruturais e sociais, este sistema prisional representa um espaço onde as histórias de vida das mulheres se entrelaçam com as complexidades de suas experiências do/no cotidiano. Entre os muros altos e as celas sobrevivem, em sua maioria, mulheres, esposas, mães, viúvas, negras, carentes, com pouca ou nenhuma escolarização, de todas as idades e que não aceitaram ou a quem faltaram oportunidades de integração social e no mundo do trabalho (Barros; Pinheiro, 2016).

As mulheres que sobrevivem no contexto do cárcere, além de diversos direitos negligenciados, resistem a uma alimentação insuficiente e de má qualidade e, ainda, enfrentam cotidianamente um conjunto de violências, julgamentos, pré-conceitos e regras disciplinarizantes que são reproduzidos sobre elas. Diante dessa realidade, é imperativo explorar como as experiências alimentares dessas mulheres, muitas vezes marcadas pela escassez e pela qualidade questionável dos alimentos produzidos e fornecidos, se entrelaçam com suas narrativas e histórias de vida e percepções sobre a liberdade.

Portanto, o presente artigo resultado de uma incursão nas narrativas das mulheres em situação de privação de liberdade, investigar e compreender a relação entre a alimentação, a memória e os esquecimentos manifestados por mulheres em situação de privação de liberdade, buscando identificar o que a comida comunica nesse peculiar cenário.

A alimentação no contexto do cárcere torna-se, portanto, um aspecto muitas vezes invisibilizado na academia⁵, como também negligenciado pelo Estado ao não cumprir efetivamente os dispositivos legais. Afinal, compreender o que a comida comunica para as mulheres presas não apenas enriquece nosso entendimento sobre a interseção entre alimentação e memória, mas também permite entendimentos significativos para a formulação de políticas públicas mais humanizadas e eficazes no contexto carcerário.

Na área das humanidades, a memória tem se consolidado como uma categoria relevante na pesquisa em alimentação. Ela se manifesta como um mecanismo de expressão das identidades, não restrita a um passado fixo, mas atuante no presente para manter e valorizar seus objetos, neste caso, a alimentação. Como objeto de estudo epistemológico, a memória revela tradições, costumes, vivências e identidades dos grupos sociais, assim como reflete a organização dos sujeitos ou das comunidades em relação ao seu trabalho e aos seus saberes que se desenvolvem no tempo e no espaço vivenciados (Tedesco, 2014). De forma semelhante, a alimentação e a memória, sejam de natureza privada ou coletiva, são orientadas pelos sistemas sociais (Candau, 2005). Desse modo, as categorias conceituais de memória, silêncios e esquecimentos tornam-se fundamentais para a compreensão da relação entre práticas alimentares e privação de liberdade. Compreender como essas particularidades se manifestam no contexto do cárcere é desvelar aspectos complexos da interrelação dos sujeitos com a comida, considerando não apenas o aspecto físico, mas também o emocional, cultural e social desse importante elemento da experiência humana.

O campo empírico da pesquisa é o presídio Estadual feminino de Rio Pardo que, atualmente, conta com 44 mulheres em contexto de privação de liberdade. O perfil dessas mulheres, corroborando com dados disponibilizados no 15º ciclo do Senappen, revela que a idade

⁵ Os resultados da revisão bibliográfica realizado no catálogo de teses e dissertações e no de periódicos, ambos da Capes. Foram identificados trinta e dois trabalhos, dos quais dezesseis dissertações, cinco teses e onze artigos, publicados entre os anos de 2002 e 2022.

das detentas varia entre 18 e 60 anos; 66% se declararam brancas, 18% pretas e 16% pardas. Quanto às questões relacionadas ao cárcere, o tempo total das penas é diverso desde “até 6 meses” até “mais de 30 até 50 anos”, sendo que 39% cumprem penas de 6 meses, 32% de 8 até 15 anos, e 14% de 15 até 20 anos. Em relação às tipificações criminais, a análise aponta 55 incidências penais, das quais 54,55% estão detidas por tráfico, associação ao tráfico e tráfico internacional de drogas. As demais compreendem roubo e furto (simples e qualificado), homicídio, latrocínio, estupro de vulnerável, porte ilegal de armas, estatuto da criança e do adolescente, crimes de tortura, receptação e outras incidências penais (Senappen, 2024).

Metodologicamente, ultrapassamos os muros. Observamos, (com)partilhamos experiências, saberes e histórias e, assim, cartografamos detalhadamente o processo da relação trabalho-alimentação-memória, de modo a compreender os significados culturais e sociais que emergem no/do cotidiano de seis mulheres trabalhadoras das cozinhas do complexo prisional. Para isso, nos apoiamos nos procedimentos metodológicos da observação participante, com registros em diário de campo (DC) e na aplicação de entrevistas semiestruturadas com as mulheres cozinheiras. O roteiro das entrevistas foi elaborado com a finalidade de permitir às mulheres manifestarem-se livremente sobre recordações, lembranças e as percepções quanto às práticas alimentares. As entrevistas foram realizadas no espaço “parlatório” – uma sala reservada – e registradas a partir da utilização de um gravador digital e, posteriormente, transcritas em um instrumento.

Levando em consideração a importância das questões éticas nas pesquisas em ciências humanas, adotamos rigorosamente os princípios e procedimentos éticos estabelecidos. Além disso, enfatizamos o cuidado e o compromisso dos pesquisadores com a proteção e o respeito às participantes do estudo, garantindo a integridade e a dignidade de todos os envolvidos⁶. Ao compreender e analisar informações e reflexões delas, buscamos evitar determinados diálogos e exposições que pudessem causar constrangimento. Em respeito ao sigilo/anonimato substituímos seu nome por “cozinheira n^o” conforme a ordem de realização das entrevistas, a partir das premissas da Resolução CNS n^o 466 (Brasil, 2012).

⁶ Considerando os princípios éticos de pesquisa com seres humanos, em especial, com a população em contexto de cárcere, o projeto de pesquisa foi submetido, avaliado e aprovado pelo colegiado do Comitê de Ética - Plataforma Brasil (CAAE - 68315323.1.0000.0020 - Parecer - 5.986.950).

As subsequentes análises dos dados, produzidos nas entrevistas e coletados nas incursões de campo, consistiram em transcrição das gravações, reprodução escrita das observações registradas no diário de campo, ordenação e mapeamento dos dados. Na sequência, efetuou-se a releitura do material e a organização dos relatos/registros em uma planilha no *software* Excel, em conformidade com os procedimentos metodológicos da Análise Textual Discursiva (Moraes; Galiuzzi, 2016). A classificação se deu a partir de uma sequência lógica dos questionamentos, separados por categorias e classificações. As informações foram agrupadas por elementos, ideias e expressões que abrangem todos os diferentes procedimentos metodológicos e conjunto de dados envolvidos e coletados no trabalho de campo. Esse processo de organização, classificação e categorização foi fundamental para compreender a complexidade dos dados e permitiu uma análise ampliada e essencial para a pesquisa em desenvolvimento.

Organizamos este artigo em três seções, a contar destas notas introdutórias e das considerações finais. Na segunda, intitulada “Experiências de pesquisa com mulheres presas – anotações de pesquisa”, descreve os desafios e complexidades enfrentados pelos pesquisadores ao realizar estudos em contextos de privação de liberdade, especialmente com mulheres. A ênfase reside em descrever o trabalho colaborativo realizado com essas mulheres ao permitir observar e compreender as rotinas de produção e as práticas alimentares, permitindo um entendimento detalhado das condições e dos desafios do produzir comidas e do viver no contexto prisional. Na sequência, em “As vozes e silêncios da comida: as tramas da memória” captamos através dos registros e de suas vozes, que a comida, muito mais que simplesmente nutrir e repor energias vitais, expressa boas recordações, mas também atua de forma dual, através de silêncios e esquecimentos enquanto uma estratégia de resistência. E, por fim, nas considerações finais, ressaltamos que esse processo participativo-dialógico com as mulheres tem nos mostrado a riqueza de saberes, sabores, memórias gustativas, que caracterizaram as particularidades de cada uma delas. Isto é, um importante elo com o passado.

2 Experiências de pesquisa com mulheres presas – anotações de pesquisa

As pesquisas em contextos de privação de liberdade são geralmente complexas e desafiadoras. Conforme Chies (2022, p. 17), “acessar uma prisão e nela executar um trabalho de

investigação científica se mantém, aos pesquisadores, como um desafio que requer disposição para o enfrentamento de inúmeras vicissitudes.”

Determinadas áreas de interesse e foco de pesquisa, sejam as mais delicadas e/ou vulneráveis ou as que focalizam temas não tão sensíveis, frequentemente, sofrem com diferentes dificuldades ou barreiras para a obtenção de autorizações institucionais para o acesso e execução, restrição no acesso aos dados e na aplicação de alguns procedimentos metodológicos de pesquisa com os sujeitos (Chies, 2022).

Além desses obstáculos para acessar as dinâmicas destas instituições totais como denomina Goffman (1974), ao pesquisar com os sujeitos no sistema prisional é importante considerar os fatores: desconfiança, controle, opressão e vigilância constante. Portanto, requer do/a pesquisador/a estratégias o estabelecimento de relações de confiança, para que seja possível alcançar um conjunto de informações necessárias e confiáveis.

O acesso e desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão com estabelecimentos prisionais na área de abrangência 8ª Delegacia Penitenciária Regional - Vale do Rio Pardo (sede em Santa Cruz do Sul) ocorre desde 2018. Elas decorrem de uma parceria entre a Universidade, a Susepe e a gestão administrativa do complexo prisional. O acesso facilitado a essas atividades deve-se, em grande parte, a solicitações feitas pelo Conselho da Comunidade para a condução de pesquisas anteriores. As diversas atividades realizadas em uma prisão regional masculina ocorreram diretamente com os homens trabalhadores/cozinheiros, vinculados ao programa de remição de pena. De acordo com a Lei de Execução Penal, nº 7.210, de 1984, a política da remição de pena, conforme os artigos 126 a 130, permite que os presos reduzam o período de cumprimento da pena por meio do trabalho, do estudo ou da leitura, promovendo sua ressocialização (Brasil, 1984). No caso específico, o trabalho desenvolvido concentrou-se na capacitação e no acompanhamento do processo de produção de refeições, com o objetivo de minimizar problemas de insegurança alimentar, melhorar a qualidade dos alimentos servidos e reduzir o desperdício tanto na produção quanto no consumo nas galerias⁷. São, portanto, relações de confiança que foram se estabelecendo com a instituição ao longo dos anos. Desde 2022, com a inauguração do complexo Prisional Estadual Feminino de Rio Pardo, alteramos o lócus e

⁷ Essas capacitações com os homens cozinheiros realizaram-se de 2018 a 2021. Convém destacar que a Pandemia da COVID19 (entre 2020 e primeiro semestre de 2021), não permitiu o desenvolvimento de novas atividades.

direcionamos nossas atividades com as mulheres encarceradas. Exclusivamente, com as mulheres cozinheiras, reclusas sob regime disciplinar fechado, vinculadas ao programa de ressocialização. Nessas incursões privilegiamos auxiliar e compreender a partir de seus saberes e experiências os processos de produção de comidas.

Ao longo dos encontros semanais, trabalhamos diretamente com as cozinheiras, auxiliando nas diversas atividades de produção, permitindo compreender os processos envolvidos. Foi a partir de uma longa e intensa imersão na realidade prisional delas que alcançamos o entendimento das regras, dos costumes e das condutas que as governam nesse espaço. Neste processo prático-dialógico, a observação, a participação, a oralidade, a escuta e o estabelecimento de relações de confiança, sem julgamentos, se tornaram estratégias fundamentais para pesquisar com sujeitos que (sobre)vivem neste contexto. Esse processo foi fundamental para que elas pudessem expressar as suas lembranças e, assim acionar a sua capacidade para rememorar e entrar em contato com o passado (Le Goff, 2003).

As narrativas, constituídas em situação de encarceramento, não podem ser analisadas sem considerar o contexto, visto que a condição da prisão, embora seja temporária, tem as suas singularidades. Desse modo, através das narrativas orais e das histórias de vida, foi possível obter um viés diferente sobre algo já acontecido, “uma vez que cada pessoa narra tal acontecido a partir de sua subjetividade e de seu lugar no espaço social” (Barros; Pinheiro, 2016, p.119).

Ao adentrar os muros do complexo prisional foi possível conhecer a estrutura arquitetônica e organizacional um “procedimento necessário para o estabelecimento de diretrizes para o trabalho” dos pesquisadores (Adorno, 1991, p. 25). Nessas incursões percebemos as minúcias e as sutilezas, como também, todos os procedimentos de controle, segurança e vigilância que regem o viver no cárcere. O acesso aos espaços mais restritos do complexo prisional, foi permitido com tranquilidade e não foram observadas restrições ou desconfiança quanto a presença e a circulação interna. Ocorria após os procedimentos de revista pelas agentes da polícia penal e do armazenamento dos itens pessoais (telefone e chaves) em uma sala (Diário de campo⁸, 2023).

⁸ Registros realizados entre 4 de março 2023 e abril de 2024 junto às mulheres cozinheiras, no Complexo Prisional Feminino de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil.

Na cozinha são seis mulheres as responsáveis pelos processos laborais. O perfil das mulheres envolvidas nestas atividades é diversificado, abrangendo uma variedade de características demográficas e socioeconômicas. Elas são de diferentes municípios da região do Vale do Rio Pardo/RS, localizados em média 35 quilômetros do local onde elas estão sob detenção. Dentro da amostra participante da pesquisa, três se declaram negras e outras três brancas. Quanto à faixa etária, os dados revelam uma faixa etária variada, compreendida entre 35 e 48 anos. No que diz respeito ao nível de escolaridade, a maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto, com exceção de uma participante que concluiu o ensino médio. Além disso, todas possuem filhos/filhas que estão sob a guarda dos familiares (Diário de campo, 2023).

Elas realizam diversas atividades, desde o recebimento de insumos – nas terças, hortifruti e nas quartas-feiras, carnes e demais alimentos –, higienização e armazenamento adequado, planejamento do cardápio, produção das refeições, distribuição e limpeza nas duas cozinhas do complexo prisional. Suas atividades laborais são organizadas em escalas, em conformidade, com os períodos das refeições. No primeiro turno, três mulheres iniciam as atividades às 6h no preparo e distribuição do café da manhã às 7h para as celas; na sequência, para o almoço, as refeições são preparadas e servidas às 11h30min (Diário de campo, 2023). O cardápio das comidas que compõem o almoço é produzido por elas em comum acordo, sem acompanhamento de profissional especializado e conforme a disponibilidade de insumos no almoxarifado. No almoço, as comidas são organizadas no que as mulheres denominam de “pandecos⁹”, após esse processo elas organizam o espaço de trabalho e retornam para suas celas. Por volta das 14h, um segundo grupo de três mulheres inicia suas atividades laborais, para servir às 15h o lanche da tarde e às 18h o jantar/ceia. Esse escalonamento e distribuição das tarefas no cotidiano do cárcere é realizado e monitorado por uma agente penal.

No almoço, são preparados e disponibilizados todos os dias, feijão e arroz, acompanhado de outro carboidrato – geralmente macarrão, quando na disponibilidade são servidas batata doce, mandioca ou batata cozida – e um pedaço de carne, que varia entre carne bovina, suína, salsichão e aves conforme a disponibilidade. Legumes e saladas são enviados às galerias quando há no

⁹ Pandeco é o nome que as mulheres dão ao pote plástico com tampa e três divisórias. A distribuição da refeição neste tipo recipiente iniciou no período da pandemia da COVID19, em 2020, resultando em maior segurança, pois evitava, nas celas, o compartilhamento de recipientes, talhades e outras contaminações alimentares. Neste recipiente são distribuídos os alimentos servidos na ocasião das principais refeições, almoço e jantar (Diário de campo, 2023).

estoque/almojarifado. O jantar segue a mesma composição de carboidratos servidos no almoço, podendo ocorrer uma alteração de variedade no terceiro carboidrato. No entanto, a fonte proteica passa a ser o ovo, servidos cozidos, fritos ou sob a forma de omeletes. Essa substituição diária no jantar decorre da reduzida quantidade de carne fornecida semanalmente. Foi possível perceber que essa substituição é uma das estratégias utilizadas pelas mulheres cozinheiras, possibilitando variedade dos alimentos e preparações servidos, garantindo que a carne possa ser servida no almoço ao longo das semanas (Diário de campo, 2023).

É nesse ambiente, em atividades de colaboração, que percebemos nas práticas e técnicas de produção das comidas que se manifestam processos de “negociação” que combinam memórias gustativas coletivas e individuais, mas também, silêncios e esquecimentos. Nos bastidores dessas dinâmicas culinárias, revelam-se saudades, dores e (re)sentimentos do viver afastadas ou até mesmo abandonadas pela da família, que se manifestam no produzir/preparar e no consumir.

É com base nessa trama, no próximo tópico buscamos a partir das experiências das entrevistas, do trabalho colaborativo e das observações *in loco*, compreender o que a comida comunica, em particular, considerando a relação entre alimentação, memória e esquecimentos manifestados pelas mulheres em situação de privação de liberdade.

3 As vozes e silêncios da comida: as tramas da memória

Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol (1996) afirmam que o cotidiano é aquilo que nos é oferecido diariamente (ou que nos cabe compartilhar), pressionando-nos constantemente, sufocando-nos, pois há uma pressão inerente ao presente. A cada manhã, ao acordar, assumimos o peso da vida, a dificuldade de viver ou de existir em uma ou outra condição, com um certo cansaço e anseios específicos. O dia a dia é aquilo que nos mantém ligados profundamente, desde nosso íntimo. É uma história que se encontra entrelaçada, quase retirada, às vezes escondida. Não devemos esquecer este "mundo-memória". Trata-se de uma dimensão profunda: memórias olfativas, memórias dos lugares da infância, memórias corpóreas, dos gestos e prazeres de tempos passados. Talvez não seja desnecessário destacar a importância de dominar essa história "irracional", ou essa "não-história" que atrai o historiador e a historiadora, pois é o lado oculto do dia a dia. Percorrendo e compreendendo essas camadas subterrâneas do cotidiano no contexto prisional, através do ato de produzir e comer, percebemos que a comida representa

uma necessidade, mas também um passatempo, uma promessa de futuro, uma expressão de resistência, um instrumento de punição e uma manifestação cultural. Acima de tudo, o ato de comer e alimentar-se torna-se uma questão essencial para quem (sobre)vive o cotidiano no e do cárcere. Desse modo, concordamos com Lucie Inland ao afirmar que a comida carrega consigo propósitos e representações:

rememorar a cozinha caseira, expressar oposição à administração (rejeitando a alimentação oferecida), retomar algum controle sobre o cotidiano apesar do confinamento ou afastar o temor de que o corpo se deteriore devido a uma alimentação considerada inadequada (2023, p. 80, tradução nossa).

Assim, o cotidiano revela-se de maneira ainda mais opressiva e carregada de saudades, ausências e silêncios. A rotina das mulheres cozinheiras envolve, por um lado, práticas laborais que ocupam seus dias, e, por outro, uma reconexão silenciosa com memórias afetivas, despertadas pelo trabalho na cozinha e ao produzir comidas.

A alimentação transcende a mera necessidade fisiológica, torna-se um fio condutor que conecta o presente das mulheres encarceradas com o passado e suas histórias e memórias, enquanto, simultaneamente molda suas perspectivas de futuro.

Nesse sentido, o termo “comer”, diferentemente de “alimentar-se”, implica em um ato social, na medida em que constitui e é constitutivo de “atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações”, conforme salientou Carlos Antunes dos Santos (2005, p. 12). Para ele, o alimento é uma categoria histórica que carrega vestígios dos padrões de permanências e mudanças dos hábitos e das práticas alimentares, referenciais importantes da cultura humana. De forma cada vez mais frequente, a comida se manifesta como uma categoria importante para a compreensão de significados, emoções, visões de mundo e identidades. Assim como a fala, a comida se constitui como um importante instrumento ao contar e narrar histórias, uma vez que as práticas de alimentação podem se constituir como narrativa da memória social.

A partir de narrativas de memória, pode-se compreender o que e como se constitui a relação entre comida, saberes e identidades de determinados grupos sociais. Ainda, é-nos importante salientar que a memória é também vida, estabelecida no concreto, em permanente movimento, integrada em diferentes estratégias, constituindo-se através de lembranças e esquecimentos de um grupo que ela une (Nora, 1993). No contexto das mulheres em contexto de

privação de liberdade, razões apresentam-se muito complexas, ao evocar tanto aspectos positivos quanto negativos.

Desse modo, o trabalho colaborativo, as observações e as entrevistas, possibilitou perceber como a alimentação pode servir para a expressão de emoções, diferentes dinâmicas de poder e resistências. Os silenciamentos e esquecimentos tornam mensagens não verbais e atuam em resposta a uma diversidade de experiências emocionais. Ao capturar as vozes, notamos que o lugar da alimentação no contexto do cárcere é multidimensional, ao revelar histórias, saberes, práticas, experiências cotidianas e silenciamentos das mulheres envolvidas. Essas estratégias de silenciamento podem ocorrer de forma consciente ou inconsciente, até mesmo como uma estratégia de (auto)defesa. Explorar esses movimentos podem ser essenciais para entender lacunas nas narrativas e desvendar aspectos ocultos ou subestimados da experiência.

O ato de cozinhar manifesta, através da experiência cotidiana, dos processos do produzir e da história/memória diversos saberes e possibilita desenvolver diferentes competências profissionais para aqueles e aquelas que, na vida pré-cárcere, muitas vezes, não tiveram a oportunidade de trabalhar. A cozinha e suas práticas revelam muito mais do que combinações de técnicas culinárias, ingredientes, sabores e aromas. Comida e cozinha apresentam naturezas iguais à linguagem,

[...] pois em um sistema alimentar as regras relacionadas com as habilidades e conhecimentos culinários tornam-se códigos universais de comunicação entre as sociedades, manifestando-se através de saberes, técnicas, valores, simbolismos e significados de natureza variada, isto é, econômicos, sociais, políticos, religiosos, educativos e étnicos (Simon, Ploia, Moretti, 2023, p. 33-34).

Amon e Menasche (2008, p. 17), defendem que “a comida é concebida como manifestação de uma estrutura subjacente, que pode ser apreendida, conduzindo ao conhecimento de características de uma sociedade”. Unidas, através de suas dimensões comunicativas e da linguagem, comida, memória e esquecimento denunciam transformações impostas sobre os atores do/no meio social; todavia, também anunciam possibilidades de resistência a tais opressões das subjetividades dos sujeitos.

Ao longo destas atividades com as mulheres foi possível perceber pelas vozes, memórias, silenciamentos e pelas mãos femininas que na cozinha e nas suas atividades práticas e correlacionadas, a ocorrência tessituras históricas, sociais e culturais, que se desvelam no/com o

trabalho e estão sujeitas a modificações, mediações, variações e adaptações com o passar dos anos.

Nessas memórias muitas vezes coexistem com silêncios e esquecimentos, formando uma trama complexa que reflete a natureza multifacetada da experiência humana. As histórias orais e de vida que abordam e dialogam com esses três elementos permitem uma compreensão mais completa e sensível das vidas das pessoas, especialmente em contextos desafiadores como o do encarceramento.

Observamos, portanto, que as atividades na cozinha contribuem não apenas na remição da pena em conformidade com a LEP. Nº 7.210 (Brasil, 1984), mas em uma importante alternativa à saudade, ao abandono e à solidão do cárcere. Na perspectiva freireana, “o trabalho coletivo ajuda a construir autonomia com responsabilidade.” (Góes, 2010, p. 151). Os saberes e experiências do/com trabalho desvelam um importante processo de humanização, socialização e oportunidades para a vida após o cárcere, foi observado nas incursões de pesquisa.

Nas incursões, constatamos que o trabalho exercido por elas, se caracteriza de maneira dualista: ao ocupar-se em atividades laborais ao permitir um afastamento do sobreviver entre as grades, mas de sonhos e oportunidades para a vida em sociedade no pós-cárcere.

Desde quando eu entrei, eu só fiquei acho que dez dias (silenciamento), não chegou dez dias na cela com as outras mulheres. Aí já me chamaram pra vim trabalhar na cozinha. Sabe professor..., eu gosto de trabalhar aqui porque eu ocupo minha cabeça, meu dia passa mais rápido aqui dentro. Adoro! Sabe... eu ia trabalhar num restaurante lá... Mas aí eu fui presa, eu ia trabalhar...(silenciamento) [...]. Mas eu vou tentar conseguir lá de novo. Vou conseguir um serviço, eu quero trabalhar em cozinha. Eu adoro trabalhar na cozinha. (Cozinheira 1).

O trabalho prisional realizado na cozinha do complexo prisional, colabora na “ampliação de suas capacidades laborais e consequente produção, que, em situação de cumprimento de pena, tem o potencial para transformar e possibilitar a sua ressocialização na vida após o cárcere pela humanização” (Simon, Ploia, Moretti, 2021, p. 9), como também se apresenta como uma oportunidade de trabalho na vida em sociedade após o cumprimento da pena se apresenta como uma significativa oportunidade de acesso ao mercado de trabalho formal.

Ao referir-se sobre o trabalho realizado, a cozinheira 2, destaca que as atividades que ela realiza “[...] tira bastante o sofrimento da solidão e os pensamentos ruins daqui sabe professor.

Eu gosto de mexer na panela, eu gosto de mexer com comida, sabe [...]”. Relembra ainda que iniciou as atividades na cozinha, “[...] como terceira auxiliar, tirava folga de uma hoje, uma folga de outra amanhã, e aí agora eu tô de cozinheira [sorrindo]”, finalizou.

Percebemos que o trabalho na cozinha por elas realizado cotidianamente contribui ao minimizar a solidão no cárcere, estabelece relações interpessoais e de socialização, manifesta práticas cuidado/respeito, gera responsabilidades e contribui para os processos de (re)afirmação identitária/étnica e na transformação social. A conexão positiva do trabalho realizado nas cozinhas ou em diferentes espaços do complexo, tomando como referência Loïc Wacquant (2001), se torna uma solução viável ao afastá-las do que podemos denominar de ócio negativo e geram motivação para compartilhar saberes e experiências e adquirir mais saberes e experiências nesse processo educativo cotidiano.

Além disso, esse trabalho realizado na cozinha é visto como prazeroso “eu cozinho com alegria, eu gosto... eu gosto de tá em roda do fogão cozinhando, é amor, sei lá..., eu cozinho é com amor, que nem se diz [...], acrescenta a cozinheira 1. Nessa conexão afetiva estabelecida entre trabalho-alimentação, a Cozinheira 2 relembra as experiências de quando cozinhava na sua casa: “adoro fazer minha comida no fogão à lenha. Geralmente, quando tô em casa, eu cozinho no fogão a lenha, que eu adoro, tendo as coisas pra cozinhar eu gosto”. Além disso, acrescenta que

cozinhar é muito bom, sabe? Eu gosto de aprender coisas novas, eu invento as vezes com o que tem aqui para a gente cozinhar, massa com alguma coisa, uma maionese quando tem batata. Amo maionese, né, porque se... (risos) depender de mim tem todos os dias. Ou várias coisas, sabe. Que nem em casa (silêncio), quem cozinhava era eu, né (Cozinheira 2).

A partir desse contato didático semanal, o espaço da cozinha e a comida foram percebidas como dispositivos de memória social e afetiva, na qualidade de eclodir experiências de comensalidade anteriores à reclusão para cumprimento de pena, podendo ser evocada nesse local de trabalho e capacitação, e configurando-se como múltiplas expressões e conexões com os vínculos externos. Considerando que o comer significa muito além de nutrir, simboliza e comunicam. Nessa conexão estabelecida, a Cozinheira 2 relembra ainda os momentos e as experiências pessoais de quando cozinhava na sua casa, “adoro fazer minha comida no fogão à

lenha. Geralmente, quando tô em casa, eu cozinho no fogão a lenha, que eu adoro, tendo as coisas pra cozinhar eu gosto”.

Em diálogo com a Cozinheira 1, “eu quando tô cozinhando, assim, fazendo uma comida aqui, vai me trazendo umas lembranças assim (silêncio) Ahh! De casa, né?”. Ao apontar para a panela ela mostra o que estava preparando para o almoço e revelou com alegria no rosto: “esse feijão era feito assim, minha mãe não punha alho. Eu não uso também. Eu aprendi com ela assim. Ela cozinha muito bem. Sempre tinha muita comida lá em casa”, seguindo o trabalho, com uma colher grande cheia de sal, que é colocada dentro da panela, sem medir e provar, possivelmente ao perceber minha reação, me perguntou. “Quer provar professor? [...] Está bom de sal né?”. Ao responder que estava no ponto adequado, indaguei como ela aprendeu a quantidade ideal, “ah...fui aprendendo, já errei, hoje, já sei a quantia né? Aqui a gente precisa se virar como pode e com o que tem”, fazendo referência a pouca variedade de ingredientes disponibilizado para as preparações culinárias diárias. (Diário de campo, 2023). Ao observar a interação, a Cozinheira 3 complementa que “na minha casa não tinha essa de feijão requentado. Sempre tinha que ser arroz novo e feijão novo todo dia”. Ela complementa, “minha vó que cozinhava, eu aprendi com ela. Ela me falava como era pra eu ir fazendo, aprendi muito vendo ela cozinha”. Podemos constatar que a (re)existência da autonomia é, também, um aprendizado, atestando que os saberes se estabelecem no processo do criar e recriar, ou seja, são saberes da experiência.

Entre lembranças, constatamos que através do produzir, do partilhar, do recriar e do comer, se interrelacionam memórias e experiências, resultado do trabalho e de alternativas relacionadas ao contexto e aos sentidos, sendo produto de escolhas, relacionadas aos sentidos que damos a nós mesmos (Braga, 2004). Por outro lado, em situações particulares, notamos momentos de silenciamentos.

Além dessas boas lembranças, a comida e o comer, no contexto do cárcere, comunicam e manifestam um movimento de conexão, responsabilidade e cuidado com as demais mulheres do complexo prisional. Pois de acordo com a Cozinheira 1,

porque muitas gostam...a maioria. Porque elas, né, ficam satisfeitas. Porque [risada] muitas são satisfeitas pelo estômago [risada]. Por isso, a gente pega elas pelo estômago. Como a gente fala aqui [risada]. Sabe professor, uma comida muito ruim, é horrível porque a pessoa não fica bem, não adianta, se vai servir uma comida ruim, a presa vai ficar virada num ódio, que além de tá presa, ainda levam uma comida horrível, não adianta né?

Ao acompanharmos a rotina de preparações do almoço, foi possível compreender que a Cozinheira 1 compreende a importância e a responsabilidade do seu trabalho no complexo prisional, acrescenta “eu também sou presa, né? Não é porque que eu trabalho na cozinha que sou diferente ou tenho regalia. Eu sou igual a qualquer uma delas lá, né?” ao apontar para o corredor onde ficam as oito celas com as demais mulheres presas (Diário de campo, 2023). No diálogo, complementa ainda que “eu sempre fiz o que eu pude com o que tem de ingredientes disponíveis. A gente tenta fazer uma coisa [comida] diferente para agradar, mas nem sempre dá né (Diário de campo, 2023). Essa reflexão a respeito da qualidade da comida servida, indica a sensibilidade e o cuidado para com as demais a partir das disponibilidades de insumos no almoxarifado. Em solidariedade e partilha, as cozinheiras buscam superar uma série de desafios ao produzir as refeições, dada a insuficiente quantidade e qualidade de carnes (geralmente de segunda qualidade), de ingredientes frescos (legumes e verduras) e do exagero de outros insumos, em especial, macarrão. Observamos que entre elas são estabelecidas estratégias que visam qualificar a comida, a partir da aplicação de saberes e técnicas, advindos das experiências tanto do trabalho desenvolvido no cárcere, como também do trabalho doméstico realizado na vida livre. Contudo, frente às adversidades e limitações impostas, as cozinheiras conseguem oferecer à população uma variedade diversificada de preparações culinárias ao longo da semana (Diário de campo, 2023).

Esse conjunto de emoções narradas, resultam de memórias afetivas fundamentadas cultura, histórias e vivências individuais e permanecem ao longo de toda a jornada, mesmo em contextos desafiadores como o cárcere. Desse modo, a memória/comida afetiva, proporciona conforto e sentido seja por lembrar de alguém ou de algum lugar associado a comensalidade, os saberes, os processos/técnicas, cheiros, ingredientes ou outro elemento referente as práticas alimentares. A memória afetiva alimentar não é estática, requer da rememoração, através das práticas alimentares para continuar existindo ontologicamente nos sujeitos.

Em nossos diálogos também foi possível perceber que existem, zonas de sombra, silêncios e “não-ditos”. Conforme Michael Pollak (1989, p. 6),

as fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.

No entanto, o cozinhar e a comida preparada e consumida para algumas mulheres cozinheiras envolve emoções e reflexões sensíveis, em particular, evidenciam dor, tristeza e saudade dos entes familiares e da vida livre em sociedade. Como pode-se observar em determinados momentos dos diálogos em que ocorrem momentos em que as experiências traumáticas ou dolorosas são expressas através do silêncio, indicando falta de escuta, tristeza ou temas sensíveis que podem ser difíceis de abordar verbalmente.

[...] Minha vó que cozinava, eu aprendi com ela. [...] às vezes, sabe professor, estou aqui estou fazendo a 'bóia' fico lembrando como ela está. Sinto aquele cheiro da comida da minha vó..., logo paro né de lembrar...(silenciamento) fico sofrendo de saudade, porque ela não consegue vim aqui me visitar (choro) [...]. Era tão bom estar livre e lá com ela, tomando chimarrão no lado do fogão à lenha (Cozinheira 3).

A narrativa é um testemunho que ilustra a complexidade das interpelações da comida e memória, especialmente quando exacerbado por condições extremas como o encarceramento. O relato ressoa com o conceito de incapacidade de dizer de Paul Ricoeur (1992) tomando o rosto como o espaço onde o sofrimento se manifesta através das lágrimas e do grito, e a queixa como um chamado por ajuda e um apelo dirigido ao outro.

O silêncio e o choro que acompanham suas palavras são expressões dessa dor e do trauma vivenciado, que se tornam ainda mais agudos devido ao isolamento de sua família e à opressão dentro da cela. A preferência por esquecer é uma tentativa de lidar com a memória dolorosa, que, no entanto, permanece como uma ferida aberta em sua existência. A experiência da Cozinheira destaca a necessidade de compreender o sofrimento não apenas como uma condição individual, mas também como um apelo social que exige atenção e resposta. É um lembrete de que o sofrimento humano, especialmente em contextos de privação e opressão, requer uma abordagem empática e solidária que reconheça a dignidade e a humanidade inerentes a cada pessoa.

Por outro lado, observamos que não produzir determinadas comidas, manifestam estratégias de resistências, como podemos observar,

tem farinha aqui na cozinha, não é muito, quando vem um pouco que a gente faz com o que dá, sabe...[pausa], vai quase tudo para a cozinha da guarda, não me importo [...]. Sabe, aqui eu não gosto de fazer bolo. ...[...] não gosto nem de falar...[silêncio] porque eu fico muito triste [silêncio]. Bolo é o que eu mais fazia para meus filhos. Então eu não faço, porque eu sofro de saudade deles (Cozinheira 2).

O registro narrativo da Cozinheira 2, ao indicar que não faz determinadas produções culinárias desvela, enquanto estratégia, uma ação para evitar o sofrimento causado pelo afastamento e da saudade dos filhos. Deste modo, para Paul Ricoeur (2007, p. 455)

[...] as estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração; pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela [...].

Nestes termos,

[...] há também muitas aparências de apagamento que não concorrem senão para a dissimulação daquilo que permanece, pelo contrário, inapagável na experiência memória, isto é, configuram múltiplos processos que podem desvelar evitamento, evasão e fuga (Ricoeur, 2007, p. 455).

Portanto, torna-se uma defesa psicológica e emocional contra memórias dolorosas que as afastaram da vida em sociedade e desvela a necessidade de compreender o sofrimento não apenas como uma condição individual, mas também como um apelo social que exige atenção e resposta. É um lembrete de que o sofrimento humano, especialmente em contextos de privação e opressão, requer uma abordagem empática e solidária que reconheça a dignidade e a humanidade inerentes a cada pessoa.

No cárcere, as razões políticas do silêncio se manifestam não apenas como uma falta de linguagem, mas como uma estratégia, para não manifestar sentimento de culpa, de sofrimento ou emoções. Para compreendermos o silêncio partimos da concepção do educador Paulo Freire (1987) em que a “cultura do silêncio”, se estabelece na estrutura opressora, dentro da qual e sob cuja força condicionante vêm realizando sua experiência de “quase-coisas”, necessariamente os constitui desta forma. Desta maneira, o silêncio e o esquecimento atuam como (re)existências das mulheres, especialmente no cárcere, em que falar pode ser perigoso. Desta maneira, o silêncio e o esquecimento atuam como formas de resistência ou autopreservação, especialmente em contextos de privação de liberdade onde falar pode ser perigoso ou prejudicial. Nos fragmentos da memória encontramos atravessamentos “históricos e culturais, fios e franjas que compõem o tecido social, o que nos permite ressignificar o trabalho com a memória como uma prática de resistência” (Pérez, 2003, p. 5).

Torna-se possível observar que as práticas alimentares, carregadas de simbolismo, representam uma via de escape e de construção de identidade dentro de um ambiente opressor

como o do cárcere. Ao mesmo tempo, os gestos cotidianos, embora imersos em silêncios e memórias fragmentadas, proporcionam momentos de empatia e cuidado, representando um recurso emocional para a dor e a saudade. Assim, a cozinha no contexto prisional constitui-se em um ambiente multifacetado que permite o compartilhamento de saberes, a construção de laços e a recriação de vivências que transcendem o confinamento, resgatando um sentido de dignidade e humanidade para essas mulheres.

4 Considerações finais

Ao longo deste texto, percebemos que cozinhar no cárcere vai além de trabalhar cotidianamente para reduzir a pena; ele se torna um espaço de ressignificação pessoal e coletiva. Por meio da culinária, as mulheres cozinheiras preservam e compartilham memórias afetivas, revivem tradições e expressam resistência, ao mesmo tempo em que encontram uma forma de se conectar com o passado e projetar um futuro possível.

Assim, a comida e o ato de comer no contexto do cárcere vão além de saciar a fome diária para garantir a sobrevivência; são ações simultaneamente políticas e afetuosas, que refletem experiências e sentimentos. Preparar alimentos torna-se uma forma de expressar significados, emoções, visões sociais de mundo, identidades e novos conhecimentos. As práticas alimentares, portanto, estão entrelaçadas com o trabalho, sendo fruto da transformação cultural que as mulheres em contexto de privação imprimem aos alimentos. Nas narrativas de algumas mulheres, identificou-se a troca de saberes, práticas, experiências e memórias afetivas de vivências anteriores ao encarceramento.

Ao analisar as percepções e experiências alimentares das mulheres cozinheiras, observamos que emergem não apenas sobre o que está presente no prato ou no processo do que, como e quando produzir, mas também memórias que se entrelaçam com a própria trajetória de vida, reforçando a intrínseca relação entre comida, memórias, silêncios e esquecimentos. A comida neste contexto, expõe uma forma de comunicação, uma linguagem, um cuidado, um instrumento para manifestar significados, emoções, visões de mundo e identidades.

Desse modo, na relação memória, silêncio e esquecimento “há uma permanente interação entre o vivido e o apreendido, o vivido e o transmitido” e os sentidos, suscitando razões para recusa, resistência e/ou silêncio impostos por estas mulheres, tornando-se compreensíveis e como

funcionamento específico de linguagem, da mensagem e seu respectivo conteúdo (Pollak, 1989, p. 6).

Especificamente, pesquisar a alimentação no contexto do cárcere não é apenas uma questão de garantir as necessidades básicas destas mulheres excluídas e invisibilizadas da história e da sociedade, mas, também está intrinsecamente associada a questões de direitos humanos, saúde, ressocialização e justiça social. Portanto produzir e visibilizar conhecimento sobre o trabalho realizado pelas mulheres nas cozinhas e do comer no cárcere permite compreender essas histórias e “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989, p. 1) pois, historicamente, as mulheres são excluídas e marginalizadas na sociedade conforme destacou Perrot (1998).

Logo, percebemos que nessas atividades de produção de determinadas comidas e seu consumo, certas situações sobre o que produzir e comer desvelam processos de negociação que combinam memórias coletivas e memórias individuais, mas também silenciamentos e/ou esquecimentos. Sobre esse aspecto, de modo particular, o fato de não produzir determinadas comidas no contexto das mulheres que (sobre)vivem no cárcere apresentam razões muito complexas e tornam-se estratégias frente às lembranças, a saudade, ao abandono e aos traumas.

Em suma, os silenciamentos e os esquecimentos são recursos para afastá-las das lembranças do pré-cárcere, do sofrimento causado pelo abandono ou afastamento do convívio em sociedade, da falta dos filhos, da angústia de não encontrar uma escuta, de serem punidas por aquilo que se diz, ou ao menos, de se expor a mal-entendidos. Portanto, é assim no cotidiano, a intersecção entre comida, memória e esquecimento atuam de forma dual. Enquanto a comida evoca boas lembranças da família, logo, essas mesmas podem desencadear o esquecimento, visto que essas lembranças podem estar associadas aos momentos dolorosos anteriores e aos sofrimentos da conjuntura atual em que estão (sobre)vivendo.

Referências

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas: itinerário de uma pesquisa. **Tempo Social: Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 7-40, 1991.

AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 1, p. 13-21, 2008.

BARROS, Maria Aparecida de; PINHEIRO, Alexandra Santos. Quando fala a voz sufocada: uma reflexão sobre oralidade e memória no cárcere. **Ratio**, v. 10, n. 21, 2016.

BRAGA, Vivian. Cultura Alimentar: Contribuições da antropologia da alimentação. **Saúde em Revista**, v. 13, n. 6, p. 37-44, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. [...] diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos [...]. Brasília, DF: CNS, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. Constituição (1984). Lei nº 7210, de 1984. **Lei de Execução Penal**. 1984, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso 10 Mar. 2024.

CANDAU, Joël. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano. Volume 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. Apontamentos acerca das peculiaridades de pesquisa nas prisões. In: BORDIN, Marcelo. (Eds.). **Metodologias de pesquisa qualitativa no Sistema de Justiça Criminal**. Adentro e Através: Pelotas, RS. 2022. p. 15-32.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Informe sobre los derechos humanos de las personas privadas de libertad en las Américas**. [S. l.]: CIDH, 2011 Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/ppl/docs/pdf/PPL2011esp.pdf>. Acesso em: 8 out. 2024.

FAIR, Helen; WALMSLEY, Roy. **World Prison Population List: thirteenth edition**. thirteenth edition. **World Prison Brief**, London, 2021. PDF. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/resources/world-prison-population-list-13th-edition>. Acesso em: 10 out. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GÓES, Moacir de. Coletivo. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org). **Dicionário Paulo Freire**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

INLAND, Lucie. **Surveiller et nourrir**. Comprendre ce que la prison a dans le ventre. Paris: Nouriturfu, 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, 1993.

PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. O lugar da memória e a memória do lugar na formação de professores: a reinvenção da escola como uma comunidade investigativa. In: **Anais [...]** Reunião anual da Anped, 26, 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos>. Acesso em: 26/11/2022.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 332 p.

POLLACCHINI, Rafaela. **Ser mulher em um ambiente idealizado para homens: a realidade das apenadas no sistema prisional gaúcho**, 2022. Assessoria de comunicação da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Disponível em <https://justica.rs.gov.br/ser-mulher-em-um-ambiente-idealizado-para-homens-a-realidade-das-apenadas-no-sistema-prisional-gaucha> Acesso em: 10 mar. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **O sofrimento não é a dor**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 56.427, de 22 de fevereiro de 2022. Extingue o Presídio Estadual de Rio Pardo e cria o Presídio Feminino de Rio Pardo, no Âmbito da Superintendência dos Serviços Penitenciário – SUSEPE. Diário Oficial do Estado – DOE. Porto Alegre, RS, Acesso 10 Mar. 2024.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na História: os tempos da memória gustativa. **História: Questões & Debates**, n. 42, p. 11-31, 2005.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. **Relatório de Informações Penais: 15º Ciclo SISDEPEN**. 2º semestre de 2023. RELIPEN. 2. ed. Brasília, DF: SENAPPEN, 2024. PDF. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2-semester-de-2023.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SIMON, E. L.; PLOIA, H. H.; MORETTI, C. Z.. Saberes, trabalho e alimentação para a liberdade: práxis extensionista em um contexto prisional. **Revista Conexão Uepg**, v. 17, p. 1-19, 2021.

SIMON, E. L.; PLOIA, H. H; MORETTI, C. Z. **Educação, trabalho e alimentação: experiências de mulheres em espaços domésticos**. Jundiaí: Paco, 2023.

SOUSA, Luciana Maria Pereira de *et al.* Regime da escassez: a alimentação no sistema penitenciário feminino. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1667-1676, 2020.

SYKES, Gresham M. **The society of captives: a study of a maximum security prison**. New Jersey: Princeton University Press, 1958.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória**. Passo Fundo: UPF editora, 2014

BÔAS, Regina Vera Villas; SOARES, Durcelania da Silva. O direito humano à alimentação adequada: interdimensionalidade, efetividade, desenvolvimento humano e dignidade da pessoa humana. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, v. 6, n. 2, p. 19-38, 2020.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Artigo recebido em: 11 de novembro de 2024.

Avaliado em: 18 de novembro de 2024.

Aprovado em: 24 de dezembro de 2024.